

Expansion
Transmissão
Itumbiara
Marimbondo S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias em 31 de dezembro de
2021 com relatório do auditor
independente**

Conteúdo

Relatório de Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	11
Demonstrações dos resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	15



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

A **Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“ETIM” ou “Companhia”)** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Regulatórias, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2021.

1) A companhia

A ETIM é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH) desde 15 de dezembro de 2010 quando foi adquirida já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda. A SGBH, que é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2) Setor elétrico – segmento de transmissão

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas);

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão:

Extensão de linhas em km:	213,53
Tensão em kV:	500
Subestações:	2

3) Desempenho Financeiro:

3.1) Receita

O valor anual da receita, fixado e reajustado pela ANEEL através de resoluções normativas foi de R\$ 66.541 (sessenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022 e R\$ 48.459 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.



EXPANSION

TRANSMISSÃO ITUMBIARA MARIMBONDO S.A.

3.2) Desempenho econômico-financeiro

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2021 e 2020 são:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
• Liquidez geral	16,79	10,46
• Liquidez corrente	2,74	2,49
• Relação patrimônio líquido/ativo	94,05%	90,44%
• Relação passivo não circulante/Ativo	0,71%	3,49%
• Rentabilidade do patrimônio líquido	28,13%	12,82%
• Relação lucro operacional/Patr. líquido	27,70%	17,05%
Ativos totais	170.124	180.614
Lucro líquido do exercício	45.004	20.943

4) Governança corporativa

5) Responsabilidade ambiental e social

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

**Aos Acionistas e Diretores da
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. a cumprir os requerimentos da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 11 de março de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

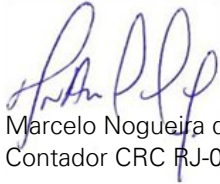
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade
Contador CRC RJ-086312/O-6

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.075	16.690
Concessionárias e permissionárias	8	8.786	4.729
Contas a receber - partes relacionadas	29	2.317	1.821
Estoques	9	1.568	1.578
Adiantamento a fornecedores		143	430
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	10	3.801	1.362
Outros impostos a recuperar	10	21	10
Outros ativos circulantes		690	629
		<u>24.401</u>	<u>27.249</u>
Ativo não circulante			
Impostos diferidos	11	29.532	32.237
Outros ativos não circulantes	12	6.623	7.247
Imobilizado não vinculado à concessão	13	633	792
Imobilizado	13	107.904	112.020
Intangível	14	1.031	1.069
		<u>145.723</u>	<u>153.365</u>
Total do ativo		<u><u>170.124</u></u>	<u><u>180.614</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores - terceiros	15	2.405	3.134
Fornecedores - partes relacionadas	29	438	319
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	536	1.999
Outros impostos a pagar	16	583	539
Taxas regulamentares	17	1.884	2.879
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio	21	593	538
Outros passivos circulantes	18	2.479	1.548
		<u>8.918</u>	<u>10.956</u>
Passivo não circulante			
Provisão para contingências	19	1.212	1.841
Outros passivos não circulantes	20	-	4.469
		<u>1.212</u>	<u>6.310</u>
Patrimônio líquido	21		
Capital social		88.109	88.109
Reservas especial de ágio		46.369	46.369
Reserva de Lucros		113.967	102.949
Reserva Legal		11.700	11.700
Prejuízo acumulado		(100.151)	(85.779)
		<u>159.994</u>	<u>163.348</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido		<u>170.124</u>	<u>180.614</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	22	54.958	40.615
Custo da operação	23	<u>(10.212)</u>	<u>(10.085)</u>
Lucro bruto		<u>44.746</u>	<u>30.530</u>
Despesas gerais e administrativas	24	129	(2.084)
Outras despesas/receitas operacionais		<u>(557)</u>	<u>(593)</u>
Lucro antes do resultado financeiro		<u>44.318</u>	<u>27.853</u>
Resultado financeiro	26	<u>2.034</u>	<u>(2.265)</u>
Receita financeira		1.142	373
Despesa financeira		<u>892</u>	<u>(2.638)</u>
Resultado antes dos impostos sobre lucros		<u>46.352</u>	<u>25.588</u>
IRPJ e CSLL correntes	27	1.357	(1.940)
IRPJ e CSLL diferidos	11	<u>(2.705)</u>	<u>(2.705)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>45.004</u>	<u>20.943</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	<u>45.004</u>	<u>20.943</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de outros resultados abrangentes	<u>45.004</u>	<u>20.943</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva especial de ágio	Reserva legal	Retenção de lucros	Prejuízos Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	88.109	46.369	11.700	66.130	(52.897)	159.411
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.943	20.943
Dividendos propostos (Nota explicativa 21)	-	-	-	-	(538)	(538)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 21)	-	-	-	53.287	(53.287)	-
Dividendos adicionais (Nota explicativa 21)	-	-	-	(16.468)	-	(16.468)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.109	46.369	11.700	102.949	(85.779)	163.348
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.004	45.004
Dividendos propostos (Nota explicativa 21)	-	-	-	-	(593)	(593)
Destinação de lucros acumulados à reserva de lucros (Nota explicativa 21)	-	-	-	58.783	(58.783)	-
Dividendos intermediários (Nota explicativa 21)	-	-	-	(47.765)	-	(47.765)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	88.109	46.369	11.700	113.967	(100.151)	159.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício antes dos impostos		<u>46.352</u>	<u>25.589</u>
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação e amortização		6.049	6.057
Reversão de depreciação acumulada por obsolescência		-	(151)
Provisão para perda de crédito esperada	8	(33)	8
Provisão para contingência	19	(629)	1.155
Outras provisões		<u>-</u>	<u>119</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Concessionárias e permissionárias		(4.024)	(121)
Contas a receber - partes relacionadas		(496)	15.951
Estoques		10	(609)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(2.438)	(1.362)
Outros impostos a recuperar		(12)	(6)
Adiantamentos a fornecedores		287	83
Outros ativos		<u>565</u>	<u>(21.260)</u>
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores diversos e partes relacionadas		(610)	2.425
Tributos e contribuições sociais		3.968	2.909
Taxas regulamentares		(995)	127
Outros passivos		(3.537)	289
Imposto de renda e Contribuição social pagos		(2.638)	(16.078)
Outros impostos pagos		<u>(1.393)</u>	<u>(3.236)</u>
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>40.426</u>	<u>11.889</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição e baixa de imobilizado e intangível	13/14	<u>(1.738)</u>	<u>(5.522)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(1.738)</u>	<u>(5.522)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	21	(48.303)	(31)
Juros sobre capital próprio pagos		<u>-</u>	<u>(7.951)</u>
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(48.303)</u>	<u>(7.982)</u>
(Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa)		<u>(9.615)</u>	<u>(1.615)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>16.690</u>	<u>18.305</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>7.075</u>	<u>16.690</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. (“Companhia” ou “ETIM”), é uma Companhia privada de capital fechado, constituída em 25 de maio de 2001 e estabelecida na Av. Presidente Vargas, nr.955, sala 1510, Centro, Rio de Janeiro. Possui uma filial em Minas Gerais.

A Companhia iniciou suas operações em 23 de junho de 2004 e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

Em 31 de outubro de 2017 ocorreu uma reestruturação societária entre Companhias investidas pela SGBH. Nesta operação societária que foi aprovada através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016, a Companhia realizou uma operação de incorporação reversa com sua controlada direta SGBH-T.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH). A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

1.1 Da concessão

Em 15 de agosto de 2002, o Consórcio constituído pelos acionistas da Companhia na época foi declarado vencedor do Leilão Público realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à interligação da subestação Itumbiara à subestação Marimbondo, ambas no Estado de Minas Gerais. O decreto de outorga da concessão, sem número, datado de 4 de dezembro de 2002, foi publicado no Diário Oficial da União de 5 de dezembro de 2002.

No dia 20 de dezembro de 2002, a Companhia assinou com a União o contrato o Contrato de Concessão nº 86/2002 - Interligação Itumbiara-Marimbondo, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, distribuída em áreas do Estado de Minas Gerais, para implantação, operação e manutenção da instalação de linha de transmissão 500 kV Itumbiara-Marimbondo, com extensão aproximada de 213,53 km, com origem na subestação 500 kV Itumbiara e término na subestação 500 kV Marimbondo.

1.2 Receita anual permitida (RAP)

A Receita Anual Permitida (RAP) foi determinada em aproximadamente R\$ 26.250 (vinte e seis milhões, duzentos e cinquenta mil reais) (valor histórico) que será válida pelos primeiros 15 anos contados a partir do início da operação comercial e será corrigida anualmente pelo IGP-M. A partir do décimo sexto ano de operação a RAP será de 50% da RAP do décimo quinto ano de operação comercial, perfazendo o total de 30 anos de concessão.

Em 14 de julho de 2020, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.725/2020 estabeleceu a RAP em R\$ 48.459 (quarenta e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) para o período de 1º de julho de 2020 a 30 de junho de 2021.

Em 13 de julho de 2021, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.895/2021 estabeleceu a RAP em R\$ 66.541 (sessenta e seis milhões, quinhentos e quarenta e um mil reais) para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022.

A receita faturada dos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.3 Setor elétrico no Brasil - Transmissão

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da rede básica é atribuição do ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica.

1.4 Coronavírus (COVID-19)

Contexto geral

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. A imensa maioria dos governos, nos cinco continentes, passou a adotar medidas restritivas para conter a disseminação do vírus, as quais têm potencial para afetar significativamente a economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento da incerteza econômica, considerando o aumento dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que tais medidas de mitigação da propagação da COVID-19 possam provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 6 de março de 2020, que declara o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas de atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos comerciais e de serviços, bem como investimentos emergenciais na área da saúde

Impacto nas demonstrações financeiras

A Companhia vem analisando cuidadosamente as novas diretrizes da política governamental em resposta à pandemia, revendo seu planejamento estratégico e sensibilizando suas premissas para possíveis cenários de:

- (i) Déficits na Receita Anual Permitida (RAP), que podem vir de diferentes fontes, como déficits na conta CDE para pagar subsídios e inadimplência dos usuários do sistema, capacidade reduzida dos consumidores de pagar contas de energia e desemprego, que podem afetar o pagamento da tarifa de transmissão, que deverá ser compensado no próximo ciclo da RAP através da Parcela de Ajuste (PA).

Impactos no fluxo de caixa que vem sendo medidos mediante simulações;

- (ii) Os impactos nos anos de 2020 e 2021 foram acompanhados mensalmente, e, foram considerados irrelevantes, tanto na Receita Anual Permitida, quanto nos custos da Companhia que impactaram o Fluxo de Caixa.

No que se refere ao impacto na RAP decorrente de dificuldades relacionadas à COVID-19, este é contabilizado na conta contábil de Antecipação. Esta conta registra a diferença entre os valores arrecadados dos usuários e as receitas mensais de todas as transmissoras. Quando o valor das cobranças não é suficiente para remunerar as transmissoras ocorre o desconto. Apesar de algumas perdas serem registradas na conta ao longo de 2020, o impacto geral nas demonstrações financeiras não foi material. O valor médio do desconto de antecipação praticado em 2020 foi de 1,8% da RAP. No exercício de 2021, essa conta não registrou perdas relacionadas aos impactos do COVID-19.

No que tange às despesas, se verificou que os gastos incorridos necessários ao combate à COVID-19 (Equipamentos de proteção individual, máscaras, materiais para primeiros socorros, gastos com alimentação e transporte para os funcionários que precisaram comparecer aos escritórios, exame/s médicos, apoio psicológico etc) foram integralmente contabilizados em centros de custos específicos designados para o controle dos gastos com a Covid, facilitando a apuração de seus valores, que representaram um percentual médio no total das despesas de 1,4% em 2020 e 1,9% no exercício de 2021, nos montantes de R\$93 (noventa e três mil reais) e R\$ 150 (cento e cinquenta mil reais) respectivamente, patamar considerado imaterial.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

2.1 Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo órgão regulador e conforme as políticas estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas na nota explicativa 3 e 6, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

As DCRs foram autorizadas pela Administração em 26 de abril de 2022.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

As DCRs foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das DCRs foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas DCRs. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das DCRs. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Classificação circulante versus não circulante

Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulante.

3 Resumo das práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis regulatórias utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras societárias, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, exceto pelas práticas apresentadas a seguir:

3.1 Imobilizado e intangível

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação/amortização é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas na Resolução vigente emitida pela ANEEL. Mais informações sobre as taxas de depreciação/amortização e Resoluções vigente veja nota explicativa 13 - Imobilizado e 14 - Intangível.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação ou amortização regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas regulatórias.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado e/ou intangível é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A Companhia mantém os ativos imobilizados e intangíveis segregados em “Em Serviço” e “Em Curso”. Os itens apresentados no grupo Em serviço correspondem a imobilizados e intangíveis já unitizados e em operação. Os saldos apresentados no grupo `Em curso` correspondem a projetos em desenvolvimento, compras em andamento, sobressalente não alocados a ativos em funcionamento e outras aquisições que ainda estão sob análise da Administração para que sejam unitizados, e assim, reclassificados para o grupo em serviços e tenham depreciação iniciada.

3.2 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

4 Resumo das práticas contábeis regulatórias (regulatórias e societárias)

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

4.2 Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

Conforme descrito na regra de Gestão de Recursos da Companhia o reconhecimento do contas a receber considerados incobráveis deve ser registrado em Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD). Para a constituição desta provisão deve ser feita uma análise criteriosa, considerando os seguintes parâmetros:

- Análise individual do saldo de cada cliente, de forma a obter um julgamento adequado dos créditos considerados difíceis de receber;
- Experiência da gestão quanto às perdas reais com clientes, ou seja, considerar o histórico de perdas, tomando como parâmetro pelo menos os últimos dois anos;
- Existência de garantia;
- Análise de contas em aberto e vencidas de clientes que renegociaram suas dívidas;
- Análise de devedores em falência.

Os parâmetros acima devem ser considerados para clientes com dívidas relevantes. Nos demais casos, a provisão para perda de crédito esperada deve incluir o valor total dos créditos classificados para clientes com faturas vencidas há mais de 360 dias

4.3 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

4.4 Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

4.5 Impostos

Impostos incidente sobre a Receita da Transmissão de Energia Elétrica

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 3%.

Esses impostos são apresentados na Demonstração de Resultado (DRE) como redutor da Receita Bruta da Atividade.

Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – Impostos Correntes

A tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita.

Dessa forma, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a Receita Bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60.000 (sessenta mil reais) no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

4.6 Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas que se originam de obrigações presentes resultantes de eventos passados que irão gerar desembolso de caixa futuro. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às DCR tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

4.8 Ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

4.9 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.10 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

- **Classificação e mensuração** - Conforme CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. Os instrumentos financeiros são apresentados da seguinte forma:
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado** - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.
 - **Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”)** - Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR :é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- **Custo amortizado** - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.
- (i) **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)** - O CPC 48 utiliza o modelo de de “perdas de crédito esperadas”. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas (“impairment”) a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.
- (ii) **Baixa de ativos financeiros** - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos."

4.11 Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

4.12 Transação com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas foram, como regra geral, praticadas em condições e prazos semelhantes ao de mercado. Certas transações por possuírem características e condições únicas e/ou específicas portanto não comparáveis, foram estabelecidas em condições justas entre as partes, de forma a remunerar adequadamente seus respectivos investimentos e custos operacionais.

5 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- (a) **Contratos onerosos** - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.
- (b) **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- (c) **Outras normas**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação
- Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Adicionalmente, em 18 de maio de 2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

6 Conciliação do balanço patrimonial e demonstração do resultado regulatório e societário

As diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias apresentadas nas notas explicativas 2, 3 e 4 estão apresentadas a seguir de forma comparativa:

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante		24.401	46.322	70.723	27.249	36.533	63.782
Caixa e equivalentes de caixa		7.075	-	7.075	16.690	-	16.690
Concessionárias e permissionárias		8.786	-	8.786	4.729	-	4.729
Contas a receber – partes relacionadas		2.317	-	2.317	1.821	-	1.821
Estoques		1.568	-	1.568	1.578	-	1.578
Adiantamentos a fornecedores		143	-	143	430	-	430
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		3.801	-	3.801	1.362	-	1.362
Outros impostos a recuperar		21	-	21	10	-	10
Ativos de contrato	a	-	46.322	46.322	-	36.533	36.533
Outros ativos circulantes		690	-	690	629	-	629
Ativo não circulante		145.723	20.962	166.685	153.365	15.642	169.007
Ativos de contrato	a	-	129.720	129.720	-	128.567	128.567
Impostos diferidos		29.532	-	29.532	32.237	-	32.237
Outros ativos não circulantes		6.623	-	6.623	7.247	-	7.247
Imobilizado não vinculado à concessão		633	-	633	792	-	792
Imobilizado	b	107.904	(107.728)	176	112.020	(111.856)	164
Intangível	b	1.031	(1.030)	1	1.069	(1.069)	-
		170.124	67.284	237.408	180.614	52.175	232.789

*Expansion Transmissão
Itumbiara Marimbondo S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2021*

	Nota	31/12/2021			31/12/2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante		8.918	-	8.918	10.956	-	10.956
Fornecedores - terceiros		2.404	-	2.404	3.134	-	3.134
Fornecedores - partes relacionadas		438	-	438	319	-	319
Impostos de renda e contribuição social a pagar		536	-	536	1.999	-	1.999
Outros impostos a pagar		582	-	582	539	-	539
Taxas regulamentares		1.884	-	1.884	2.879	-	2.879
Dividendos propostos e juros sobre capital próprio		594	-	594	538	-	538
Outros passivos circulantes		2.480	-	2.480	1.548	-	1.548
Passivo não circulante		1.212	11.848	13.060	6.310	11.110	17.420
Provisão para contingências		1.212	-	1.212	1.841	-	1.841
Impostos diferidos	c	-	11.848	11.848	-	11.110	11.110
Outros passivos não circulantes		-	-	-	4.469	-	4.469
Patrimônio líquido		159.994	55.436	215.430	163.348	41.065	204.413
Capital social		88.109	-	88.109	88.109	-	88.109
Reservas especial de ágio		46.369	-	46.369	46.369	-	46.369
Reserva de lucros		113.967	(44.715)	69.252	102.949	(44.714)	58.235
Reserva legal		11.700	-	11.700	11.700	-	11.700
Prejuízo acumulado	d/e	(100.151)	100.151	-	(85.779)	85.779	-
		170.124	67.284	237.408	180.614	52.175	232.789

*Expansion Transmissão
Itumbiara Marimbondo S.A.
Demonstrações contábeis
regulatórias em
31 de dezembro de 2021*

		<u>31/12/2021</u>			<u>31/12/2020</u>		
	Nota	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional líquida	d	<u>54.958</u>	<u>10.542</u>	<u>65.500</u>	<u>40.615</u>	<u>3.859</u>	<u>44.474</u>
Custo de construção e operação	e	<u>(10.212)</u>	<u>4.167</u>	<u>(6.045)</u>	<u>(10.085)</u>	<u>(210)</u>	<u>(10.295)</u>
Lucro bruto		<u>44.746</u>	<u>14.709</u>	<u>59.455</u>	<u>30.530</u>	<u>3.649</u>	<u>34.179</u>
Despesas gerais e administrativas		129	-	129	(2.084)	-	(2.084)
Outras (despesas) / receitas operacionais		<u>(557)</u>	-	<u>(557)</u>	<u>(593)</u>	-	<u>(593)</u>
Resultado antes do resultado financeiro		<u>44.318</u>	<u>14.709</u>	<u>59.027</u>	<u>27.853</u>	<u>3.649</u>	<u>31.502</u>
Resultado financeiro		<u>2.034</u>	-	<u>2.034</u>	<u>(2.265)</u>	-	<u>(2.265)</u>
Receita financeira		1.142	-	1.142	373	-	373
Despesa financeira		<u>892</u>	-	<u>892</u>	<u>(2.638)</u>	-	<u>(2.638)</u>
Lucro antes dos impostos sobre lucros		<u>46.352</u>	<u>14.709</u>	<u>61.061</u>	<u>25.588</u>	<u>3.649</u>	<u>29.237</u>
IRPJ e CSLL correntes		1.357	-	1.357	(1.940)	-	(1.940)
IRPJ e CSLL diferidos	c	<u>(2.705)</u>	<u>(337)</u>	<u>(3.042)</u>	<u>(2.705)</u>	<u>29.234</u>	<u>26.529</u>
Lucro líquido do exercício		<u>45.004</u>	<u>14.372</u>	<u>59.376</u>	<u>20.943</u>	<u>32.883</u>	<u>53.826</u>

6.1 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio Líquido Societário	<u>215.430</u>	<u>204.413</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de contrato	(176.042)	(165.100)
Imobilizado	107.728	111.856
Intangível	1.030	1.068
Impostos Diferidos Passivos	<u>11.848</u>	<u>11.111</u>
Patrimônio Líquido Regulatório	<u><u>159.994</u></u>	<u><u>163.349</u></u>

6.2 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido Societário	<u>59.376</u>	<u>53.826</u>
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de contrato conforme CPC 47	(40.048)	(38.891)
Margem de construção	47.974	39.055
Outras receitas	(17.156)	1.911
PIS/COFINS Diferido	399	146
Depreciação regulatória	(5.878)	(5.870)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	<u>337</u>	<u>(29.234)</u>
Lucro Líquido Regulatório	<u><u>45.004</u></u>	<u><u>20.943</u></u>

Segue apresentação sobre as diferenças entre as práticas contábeis societárias e regulatórias:

a. *Ativo de concessão*

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação de infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura durante o prazo de concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e serviços de operação e manutenção.

Ativo de contrato

O direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente à passagem do tempo enquadram as transmissoras no CPC 47. Com isso, as contraprestações são classificadas como um “ativo contratual”.

O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A estimativa do valor do ativo contrato, da receita de construção da infraestrutura, da receita de operação e manutenção e da receita de remuneração envolve o uso de premissas tais como: taxa de inflação de longo prazo, margem de operação e manutenção (O&M), margem de construção, e a taxa de financiamento.

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizáveis (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante a fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e dos custos das obras relacionadas à formação desse ativo através dos gastos incorridos.

Assim, a contrapartida pelos serviços de implementação da infraestrutura efetuados nos ativos de concessão são registrados na rubrica “Implementação da Infraestrutura”, como um ativo contratual, por terem direito a contraprestação ainda condicionados a satisfação de outra obrigação de desempenho.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), registrados na conta “impostos diferidos” no passivo não circulante.

b. Imobilizado e intangível

Nas demonstrações financeiras societárias o ativo imobilizado e intangível operacional são reconhecidos como ativo de concessão contratual de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão e valorizados de acordo com as premissas determinadas pela Administração.

c. Impostos diferidos

Saldo referente aos registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão.

d. Receita

- (a) **Receita de construção** - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- (b) **Remuneração do ativo contratual de concessão** - Juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.
- (c) **Receita de operação e manutenção** - Serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e que visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

A receita de construção, receita de remuneração e receita de operação e manutenção do ativo contratual de concessão são registradas de acordo com as determinações do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes e ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão nas demonstrações financeiras societárias. Nas DCRs apenas a receita incorrida no exercício é registrada, conforme nota explicativa 3.2.

e. Custo de operação e manutenção e custo de construção

O saldo de custo de construção e operação e manutenção são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseados com o ICPC 01 R1 e CPC 17. Nas DCRs os saldos são representados pela depreciação e amortização do ativo imobilizado e intangível.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	1	1
Banco	401	582
Aplicações financeiras (i)	6.673	16.107
	7.075	16.690

- (i) A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs que podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa de 102,12% do CDI. A Companhia teve maiores receitas referentes ao reajuste anual de RAP e correção da inflação, ao mesmo tempo, o pagamento de IRPJ e CSLL em 2021 foi menor pois não teve mudança dos cálculos do ICPC 01 (R1) referente a exercícios anteriores, como ocorreu em 2020. Apesar disto, a redução no período foi decorrente principalmente a maiores pagamentos de dividendos neste exercício e quitação de suas dívidas em dólares em Julho de 2021, o que justifica menos valores aplicados.

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	6.130	3.925
Vencidas até 30 dias	249	2
Vencidas até 60 dias	232	2
Vencidas até 90 dias	231	1
Vencidas até 120 dias	-	1
Vencidas até 180 dias	-	2
Vencidas há mais de 180 dias (i)	2.016	901
	8.858	4.834
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD)	(72)	(105)
	8.786	4.729

- (i) Variação maior acima de 180 dias refere-se ao não recebimento de descontos incidentes da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) que não entra no cálculo de PCLD.

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue abaixo movimentação da PCLD:

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(105)	(97)
Reversão	33	20
Adição	<u>-</u>	<u>(28)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>(72)</u>	<u>(105)</u>

9 Estoque

	31/12/2021	31/12/2020
Almoxarifado de manutenção e operação (i)	<u>1.568</u>	<u>1.578</u>
	<u>1.568</u>	<u>1.578</u>

- (i) As peças de almoxarifado são consumidas conforme a demanda de manutenção preventivas e corretivas ao longo do ano.

10 Impostos a recuperar

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ a Recuperar	-	34
CSLL a Recuperar	-	12
IRPJ saldo negativo (i)	2.551	867
CSLL saldo negativo (i)	<u>1.250</u>	<u>449</u>
	<u>3.801</u>	<u>1.362</u>

Outros impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
Pis e Cofins	3	3
IRRF sobre aplicação financeira	13	2
INSS a recuperar	3	3
ISS a recuperar	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>21</u>	<u>10</u>

- (i) Variação refere-se à alteração da base de cálculo referente as adições e baixas de IFRIC 12 e IFRS 15, nos anos de 2018 e 2019, foram constituídos saldos negativos de IRPJ e CSLL no exercício de 2021

11 Impostos diferidos

Os tributos diferidos ativos referem-se ao crédito fiscal calculado sobre os intangíveis de aquisição da controlada SGBH-T, os quais foram incorporados. O benefício será realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que o originaram.

	31/12/2021	31/12/2020
IR e CSLL Diferidos Ativos (crédito fiscal incorporação)	<u>29.532</u>	<u>32.237</u>
	<u>29.532</u>	<u>32.237</u>

As variações dos tributos diferidos são as seguintes:

	Ativo
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>32.237</u>
Efeitos reconhecidos no resultado pis e cofins diferidos	-
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(2.705)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>29.532</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>34.942</u>
Efeitos reconhecidos no resultado pis e cofins diferidos	-
Efeitos reconhecidos no resultado IR e CSLL diferidos	<u>(2.705)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>32.237</u>

12 Outros ativos não circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos judiciais	5.406	5.406
Reembolsos (i)	1.212	1.841
Antecipação de seguros	<u>5</u>	<u>-</u>
	<u>6.623</u>	<u>7.247</u>

- (i) Valor refere-se a reembolso para as contingências fiscais apresentadas como prováveis conforme firmado no contrato de compra e venda, onde a Companhia comprometeu-se a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas nos termos e condições previstas no contrato.

13 Imobilizado

13.1 Mapa movimentação ativo imobilizado

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo imobilizado em serviço									
Transmissão	192.354	-	-	1.108	193.462	1.108	(97.048)	96.414	101.144
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.978	-	-	-	1.978	-	(1.158)	820	885
Máquinas e equipamentos	189.764	-	-	852	190.616	852	(95.289)	95.327	100.200
Veículos	602	-	-	256	858	256	(594)	264	56
Móveis e utensílios	10	-	-	-	10	-	(7)	3	3
Administração	82	-	-	-	82	-	(29)	53	65
Máquinas e equipamentos	82	-	-	-	82	-	(29)	53	65
	192.436	-	-	1.108	193.544	1.108	(97.077)	96.467	101.209
Ativo imobilizado em curso									
Transmissão	10.713	2.864	(1.153)	(1.108)	11.314	603	-	11.314	10.713
Máquinas e equipamentos	31	445	(186)	(258)	32	1	-	32	31
Outros	10.682	2.419	(967)	(850)	11.282	602	-	11.282	10.682
Administração	98	25	-	-	123	25	-	123	98
Máquinas e equipamentos	98	25	-	-	123	25	-	123	98
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	10.811	2.889	(1.153)	(1.108)	11.437	628	-	11.437	10.811
Ativo imobilizado	203.247	2.889	(1.153)	-	204.981	1.736	(97.077)	107.904	112.020
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	1.573	-	-	-	1.573	-	(940)	633	792
Ativo não vinculado	1.573	-	-	-	1.573	-	(940)	633	792

13.2 Taxas de depreciação

		<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Valor Bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em serviço					
Transmissão	7,81%	193.462	(97.048)	96.414	101.144
Administração	7,51%	82	(29)	53	65
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	10,00%	<u>1.573</u>	<u>(940)</u>	<u>633</u>	<u>792</u>
		<u>195.117</u>	<u>(98.017)</u>	<u>97.100</u>	<u>102.001</u>

Para a identificação da taxa anual média de depreciação, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

A seguir apresentamos as principais taxas de depreciação e amortização, de acordo com a Resolução ANEEL 474 de 2012, por grupo do ativo imobilizado e intangível de segregadas de acordo com as atividades operacionais:

	Taxas anuais de depreciação e amortização (%)
Imobilizado - transmissão	
Banco de capacitores seriais	5,00%
Barramento	2,50%
Chave	3,33%
Conduto e canaleta	4,00%
Condutor	2,70%
Disjuntor	3,03%
Edificação	2,00%
Estrutura (poste, torre)	3,57%
Medidor	4,00%
Painel, mesa de comando e cubículo	3,57%
Para-raios	4,17%
Reator (ou resistor)	2,78%
Sistema de alimentação de energia	5,88%
Sistema de aterramento	3,03%
Sistema de comunicação e proteção carrier	5,00%
Sistema de proteção, medição e automação	6,67%
Sistema de radiocomunicação	6,67%
Software	20,00%
Subestação unitária	3,57%
Transformador de distribuição	4,00%
Transformador de força	2,86%
Administração central	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Equipamentos de Informática	16,67%
Veículos	14,29%
Software	20,00%
Imobilizado não vinculado à concessão	
Máquinas e equipamentos	10,00%
Software	20,00%

O ativo imobilizado apresentado no Grupo de Atividades não vinculadas a concessão de serviço público de energia elétrica tem depreciação alinhada com a legislação fiscal. Assim, aplicamos a taxa de 10% ao ano visto que consideramos a vida útil econômica dos itens alinhados com a norma fiscal.

13.3 Principais aquisições do ativo imobilizado em curso em 2021

	Valor
Transmissão	
Máquinas e Equipamentos	445
Veículos	207
Desenvolvimento de Projetos	1.047
Adiantamentos a Fornecedores	1.165
	2.864

13.4 Principais adições do ativo imobilizado em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
WC24QE-D3NNB4B/I - UNIDADE INTERNA SPLIT HW 24 KBTUS SO FRIO 220V		
ECO GARDEN GREE- GWC24QE-D3NNB4B/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT HW 24		
KBTUS SO FRIO 220V ECO GARDEN GREE - GWC12QC-D3NNB4A/I - UNIDADE		
INTERNA SPLIT HW 12 KBTUS SO FRIO 220V ECO GARDEN GREE -	Máquinas e equipamentos	35
S-125-30 FONTE CHAVEADA ALTA POTENCIA	Máquinas e equipamentos	16
SISTEMA PMU	Máquinas e equipamentos	379
SISTEMA DE DEFENSAS PARA LT	Máquinas e equipamentos	215
CORDAO OPTICO SM DP COG AZ LCUPC/LCUPC 5M	Máquinas e equipamentos	1
GU36ZD/A-D(B) - UNIDADE INTERNA SPLIT P/T,GUL36H/A-H(B) - UNIDADE		
EXTERNA SPLIT PT,GWC12QC-D3NNB4D/I - UNIDADE INTERNA	Máquinas e equipamentos	27
SPLIT,GWC12QC-D3NNB4D/O - UNIDADE EXTERNA SPLIT	Máquinas e equipamentos	14
DIGI FORTSERVER TS 4		
TS-432XU-RP-2G-US NAS/STORAGE QNAP PARA,MEMORIA 8 GB PARA QNAP -		
TS-832X,TRILHO PARA RACK DE 19",SFP+ 10G - 850NM 300M LC,HD 12 TB		
ENTERPRISE 7200 RPM SATA	Máquinas e equipamentos	78
TRANSCIEVER HEWLETT - BATERIA APC SMART-UPS X	Máquinas e equipamentos	8
NO BREAK APC SMART-UPS X 3000VA RM MONO220 - SMX3000H	Máquinas e equipamentos	8
PN:P20172?B21?HPE DL380 GEN10 1P 4208 2.1GH,PN:P04695?B21?HPE 600GB SAS		
15K LFF HDD,PN:701498?B21?HP MOBILE USB DVD RW DRIVE,PN:455883?B21?HP		
BLC 10GB SR SFP+ OPT	Máquinas e equipamentos	63
PN:P04695?B21?HPE 600GB SAS 15K LFF HDD-PN:817753?B21?HPE ETHERNET		
10/25GB 2P 640SF	Máquinas e equipamentos	8
CAMINHONETE - MARCA TOYOTA	Veículos	207
VW/GOL 1.0L MC4 - NUMERO DO CHASSI 9BWAG45UXMT093672	Veículos	49
		1.108

13.5 Principais baixas do ativo imobilizado em curso 2021

Transmissão	Valor
Máquinas e Equipamentos	(186)
Desenvolvimento de Projetos	(77)
Adiantamentos a Fornecedores	(890)
	(1.153)

14 Intangível

14.1 Mapa movimentação ativo intangível

	Valor em 31/12/2020	Adições (a)	Baixas (b)	Transf. (c)	Valor em 31/12/2021	Adições líquidas = (a)-(b)+(c)	Depreciação acum.	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo intangível em serviço									
Transmissão	1.123	-	-	-	1.123	-	(97)	1.026	1.065
Servidões	898	-	-	-	898	-	-	898	898
Softwares	225	-	-	-	225	-	(97)	128	167
Administração	150	-	-	1	151	-	(151)	1	-
Softwares	150	-	-	1	151	1	(151)	-	-
	1.273	-	-	1	1.274	1	(248)	1.026	1.065
Ativo intangível em curso									
Transmissão	4	6	(5)	-	5	1	-	5	4
Softwares	4	6	(5)	-	5	1	-	5	4
Administração	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-
Softwares	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-
	4	7	(5)	(1)	5	1	-	5	4
Ativo Intangível	1.277	7	(5)	-	1.279	2	(248)	1.031	1.069

14.2 Taxas de amortização

	31/12/2021			31/12/2020	
	Taxas anuais médias de amortização(%) (i)	Valor Bruto	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Intangível em serviço					
Transmissão	0,15%	1.123	(97)	1.026	1.065
Administração	10,00%	151	(151)	-	-
		<u>1.274</u>	<u>(248)</u>	<u>1.026</u>	<u>1.065</u>

- (i) Para a identificação da taxa anual média de amortização, foi utilizado o percentual da Resolução Aneel 474 de 2012, por item do controle patrimonial auxiliar, sendo gerado uma média aritmética da soma dos percentuais dividido pelo número de itens registrados.

14.3 Principais aquisições do ativo intangível em curso em 2021

Transmissão	Valor
Softwares	6
	<u>6</u>

14.4 Principais aquisições do ativo intangível em serviço em 2021

Transmissão	Grupo	Valor
Aquisição de Licença de uso de software - PontoWeb	Softwares	1

14.5 Principais baixas do ativo intangível em serviço em 2021

Não houve baixas de ativo intangível em serviço no exercício de 2021.

14.6 Principais baixas do ativo intangível em curso 2021

Transmissão	Valor
Softwares	(5)
	<u>(5)</u>

15 Fornecedor

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores relacionados à construção (i)	2.333	2.897
Gastos ambientais e fundiários	2	56
Prestadores de serviços	38	33
Outros	32	148
	<u>2.405</u>	<u>3.314</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente aos pagamentos efetuados ao fornecedor de obras de projeto de melhoria e sistema de proteção e controle. As Notas fiscais são pagas conforme entrega dos projetos.

16 Impostos e contribuições sociais a pagar

Imposto de renda e contribuição social a pagar

	31/12/2021	31/12/2020
IRPJ (i)	327	1.436
CSLL (i)	<u>209</u>	<u>563</u>
	<u>536</u>	<u>1.999</u>
Outros impostos a pagar		
PIS	33	23
COFINS	154	107
IRRF retido na fonte	50	50
Outros	<u>346</u>	<u>359</u>
	<u>583</u>	<u>539</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a recálculo dos impostos correntes de 2018 e 2019 devido a mudança dos cálculos do ICPC 01 (R1), gerando um pagamento a realizar em 2020. E a mudança de regime em 2020 de lucro real para o lucro presumido.

17 Taxas regulamentares

	31/12/2021	31/12/2020
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	588	710
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	141	136
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	<u>1.155</u>	<u>2.033</u>
	<u>1.884</u>	<u>2.879</u>

- (i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

Em 12 de agosto de 2021, através do Despacho nº 2.437 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a RGR relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 21 (vinte e um mil reais).

- (ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória.

Em 28 de julho de 2021, através do Despacho nº 2.278 da ANEEL, estabeleceu-se um valor anual para a TFSEE relativas às competências de julho de 2021 a junho de 2022 de R\$ 239 (duzentos e trinta e nove mil reais).

- (iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. A resolução normativa 929 de 30 de março de 2021, estabeleceu que o saldo não aplicado até 31 de agosto de 2020 deveria ser pago. No exercício de 2021 foi efetuado o pagamento conforme resolução.

18 Outros passivos circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão de Férias (i)	1.024	807
Provisão de Bônus (i)	1.251	641
Tributos retidos	204	98
Outros	-	2
	<u>2.479</u>	<u>1.548</u>

- (i) Variação refere-se substancialmente a admissões ocorridas no exercício de 2021 e alteração da premissa utilizada para o cálculo de provisão de Bônus.

19 Provisão para contingências

Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis, trabalhistas e outros assuntos.

A Companhia, constitui provisões para riscos envolvendo questões fiscais e de servidão, em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso para processos legais quando é provável de acontecer um desembolso de caixa futuro por conta de uma obrigação presente proveniente de um evento passado.

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal	1.111	1.740
Servidão	101	101
	<u>1.212</u>	<u>1.841</u>

Nesse sentido, a movimentação do saldo de provisões prováveis da Companhia está apresentada a seguir:

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>1.740</u>	<u>101</u>	<u>1.841</u>
Adições e reversões, líquidas (i)	<u>(629)</u>	<u>-</u>	<u>(629)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.111</u>	<u>101</u>	<u>1.212</u>

	Fiscais	Servidões	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	686	-	686
Adições e reversões, líquidas (i)	1.054	101	1.155
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.740	101	1.841

- (i) As adições e as reversões ocorreram, basicamente, em razão da movimentação do processo número 0122533-35.2013.4.02.5101, com ocorrência de decisão judicial na redução dos valores pleiteados pela união em fase recursal afastando a cobrança de créditos de IRPJ, CSLL e Cofins e alteração nos prognósticos. Portanto, houve conversão de valores em favor da Companhia; e as provisões constituídas de servidões, referem-se a indenizações por faixa de servidão

Contingências possíveis (não provisionados)

As causas classificadas com expectativa de perda considerada possível estão relacionadas a riscos fiscais, conforme segue:

Natureza	31/12/2021	31/12/2020
Fiscal (i)	72.987	41.538
	72.987	41.538

- (i) Processos Fiscais: Referem-se às ações judiciais e processos administrativos fiscais, que discutem diversos tributos, tais como, ICMS, ISS, IRPJ e CSLL. Variação refere-se substancialmente a processos fiscais do exercício de 2021 referentes a ações ordinárias relativos a IRPJ e CSLL, novos processos de ISS movidos pela Receita Federal e mudança de prognóstico de remoto para possível do processo de amortização do ágio. Os principais casos nos quais se discute os temas aqui referidos são os seguintes: processos número 5003229-44.2019.4.02.5101 com valor de exposição de aproximadamente 38 milhões de reais da esfera processual do Estado do Rio de Janeiro, onde em Julho 2021 os autos foram remetidos à conclusão para julgamento, processos números 17227-720.037/2020-58 e 10348.720859/2021-02, no valor total de exposição de aproximadamente 30,5 milhões de reais do Estado do Espírito Santo, onde na presente data, aguarda-se distribuição do processo e desfecho da ação ordinária, respectivamente

20 Outros passivos não circulantes

	31/12/2021	31/12/2020
Outras provisões passivas (i)	-	2.996
Atualização monetária (i)	-	1.473
	-	4.469

- (i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação e atualização monetária de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 88.109 (oitenta e oito milhões, cento e nove mil reais), dividido em 88.108.634 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$ 1 cada. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2021 e 2020
State Grid Brazil Holding S. A.	99,99%
International Grid Holding Limited	<u>0,01%</u>
	<u>100,00%</u>

b. Reserva especial de ágio

A Reserva especial de ágio foi constituída decorrente do acervo líquido resultante da incorporação reversa da SGBH-T na ETIM em 31 de outubro de 2017.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. A partir de 2017 não foi constituída a reserva legal, pois o limite previsto na Lei foi atingido.

d. Reserva de retenção de lucros

A Companhia destinou para a conta de reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes não distribuídos após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios, ficando disponível para decisão futura conforme determinação em AGO.

e. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76. Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	<u>59.376</u>	<u>53.825</u>
Base de cálculo para os dividendos	<u>59.376</u>	<u>53.825</u>
Dividendo mínimo obrigatório (1%)	<u>593</u>	<u>538</u>

Em 2020 houve ajuste de dividendos contra a conta de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 16.468 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil reais) devido a reapresentação das demonstrações financeiras de 01/01/2018 e 31/12/2018 referente a adoção do CPC 47 conforme informado na ata de distribuição de resultado de 08 de julho de 2020.

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de junho de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 27.765 (vinte e sete milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais). Esse montante, bem como o valor de dividendo mínimo obrigatório de 31 de dezembro de 2020, foi pago em agosto de 2021 totalizando R\$ 28.303 (vinte e oito milhões, trezentos e três mil reais).

Através da ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de novembro de 2021, tendo em vista o saldo acumulado da conta de reserva de lucros existente da Companhia, apurado em seu último balanço anual, a Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários no valor de R\$ 20.000 (vinte milhões de reais). Esse montante foi pago em dezembro de 2021.

22 Receita operacional líquida

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta (i)	58.685	44.831
Receita de rateio de antecipação	(279)	(867)
Receita de encargos de transmissão	57.422	46.969
Receita de novas obras RBNI	11	5
Parcela de ajuste do ciclo anterior	(1.051)	(1.870)
Indisponibilidade de equipamentos	393	(960)
Receita RMEL	116	89
Descontos Incidentes na TUST	2.073	1.465
Deduções da receita operacional	(3.727)	(4.216)
PIS	(379)	(294)
COFINS	(1.749)	(1.356)
P&D	(550)	(406)
RGR	(841)	(1.993)
TFSEE	(208)	(167)
	54.958	40.615

(i) Variação referente ao reajuste do ciclo realizado em Julho/2021.

23 Custo de operação e construção

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(2.592)	(2.268)
Material	(255)	(102)
Serviços de terceiros	(706)	(1.109)
Depreciação e amortização	(5.878)	(5.870)
Gastos diversos	(696)	(605)
Outros	(85)	(131)
	(10.212)	(10.085)

24 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal	(1.865)	(1.705)
Administradores	(140)	(246)
Material	(60)	(53)
Serviços de terceiros	(386)	(424)
Arrendamentos e aluguéis	(107)	(90)
Provisão (i)	3.022	598
Tributos	(2)	(5)
Depreciação e amortização	(12)	(29)
Outras	(321)	(130)
	<u>129</u>	<u>(2.084)</u>

- (i) Variação refere-se a baixa de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

25 Despesas com pessoal

Pessoal – operação	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração	(1.689)	(1.429)
Encargos	(575)	(548)
Previdência privada	(36)	-
Outros Benefícios - Corrente	(282)	(267)
Outros	(10)	(24)
	<u>(2.592)</u>	<u>(2.268)</u>
 Pessoal - administração	 31/12/2021	 31/12/2020
Remuneração	(1.022)	(888)
Encargos	(401)	(388)
Previdência privada	(75)	-
Despesas rescisórias	(4)	(3)
Benefícios	(201)	(212)
Outros	(162)	(214)
Administradores	(140)	(246)
	<u>(2.005)</u>	<u>(1.951)</u>
	<u>(4.597)</u>	<u>(4.219)</u>

26 Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira	1.142	373
Receitas de aplicações financeiras (i)	855	369
Outras receitas financeiras	287	4
Despesa financeira	892	(2.638)
Juros e multas(ii)	(505)	(2.550)
Outras despesas financeiras (iii)	1.397	(88)
	2.034	(2.265)

- (i) Variação refere-se a rendimentos sobre aplicação financeira em função do aumento de valores aplicados no exercício de 2021 referente a sobra de caixa
- (ii) Variação refere-se substancialmente a juros e multas referente a reapuração de IRPJ e CSLL devido a mudança do cálculo de ativo financeiro nos anos de 2018 e 2019 registrado no exercício de 2020
- (iii) Variação refere-se a baixa de atualização monetária de provisão de tributação de benefícios a expatriados enquadrados como remuneração que no passado não passavam por folha em função da extinção dos créditos tributários conforme art 173, inciso I da CTN

27 Conciliação de imposto de renda e contribuição social (lucro presumido)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	58.401	45.271
Base de cálculo (8%)	4.672	3.622
Outras receitas	1.310	458
Base de cálculo	5.982	4.080
IR devido	(1.472)	(1.014)
Ajuste de provisão IR referente a anos anteriores	2.617	(288)
(+) IR diferido / Outros	(2.208)	(1.989)
Total de IRPJ	(1.063)	(3.291)

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas brutas (i)	58.401	45.271
Base de cálculo (12%)	7.008	5.433
Outras receitas	1.310	458
Base de cálculo	8.318	5.891
CSLL devida	(749)	(530)
Ajuste de provisão CSLL referente a anos anteriores	961	(108)
(+) CSLL diferido / Outros	(834)	(716)
Total de CSLL	(622)	(1.354)
Total de IRPJ/CSLL	(1.685)	(4.645)
Total IRPJ/CSLL corrente	1.357	(1.940)
Total IRPJ/CSLL diferido	(2.705)	(2.705)

- (i) A Companhia tributa as receitas efetivamente auferidas (Aviso de Crédito - AVC) e a natureza das receitas auferidas pelas Transmissoras decorre exclusivamente da prestação dos serviços de transmissão de energia, sendo este serviço remunerado por meio da RAP.

28 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos instrumentos financeiros relacionados no item 28.1, não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; (b) Nível 2 - “inputs”, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1 Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	7.075	16.690
Ativos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	29	2.317	1.821
Concessionárias e permissionárias	8	8.786	4.729
Passivos mensurados pelo custo amortizado	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores – terceiros	15	2.404	3.134
Fornecedores - partes relacionadas	29	438	319

28.2 Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a. *Riscos de mercado*

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b. *Riscos de taxa de juros*

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

O perfil da taxa de juros dos instrumentos financeiros do Grupo remunerados por juros, conforme reportado à Administração está apresentado abaixo:

Efeito em Reais	31/12/2021	31/12/2020
Ativos financeiros		
Caixa e equivalente	7.075	16.690
Contas a receber partes relacionadas	2.317	1.821
Concessionária e Permissionárias	8.786	4.729

c. Riscos cambiais

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os empréstimos da Companhia são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais fica consolidado no Grupo.

d. Risco de crédito

O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, não cumprir com suas obrigações contratuais, ocasionando perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações.

Os riscos de créditos relacionados às concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos.

e. Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

29 Partes relacionadas

Os principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

Ativo

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber - partes relacionadas	<u>2.317</u>	<u>1.821</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	2.253	1.756
Outros	<u>64</u>	<u>65</u>

Passivo

	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores - partes relacionadas	<u>438</u>	<u>319</u>
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	<u>438</u>	<u>319</u>

Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Resultado - partes relacionadas	<u>7.081</u>	<u>4.274</u>
Despesa de aluguel (ii)	(98)	(82)
Rateio Res. 699/16 - ANEEL (i)	<u>7.179</u>	<u>4.356</u>

- (i) Em setembro de 2017 visando como objetivo principal a racionalização e simplificação da estrutura administrativa das Transmissoras e do Grupo e o cumprimento do regulamento da ANEEL – Resolução Normativa nº 699 de 26 de janeiro de 2016, o Grupo celebrou contrato de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre a SGBH e suas controladas. As despesas dos recursos humanos compartilhados, bem como a infraestrutura associada são alocadas proporcionalmente entre as Companhias compartilhantes de acordo com o critério regulatório de rateio firmado em contrato, por meio de notas de débito emitidas trimestralmente entre as Companhias envolvidas.
- (ii) Saldos referem-se a despesas de aluguel junto a SGBH.

30 Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

31 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	31/12/2021	31/12/2020
Responsabilidade civil	Risco civil	20.000	20.000
Seguro patrimonial	Risco operacional	70.450	70.450
Veículos	Carros	<u>491</u>	<u>376</u>
		<u>90.941</u>	<u>90.826</u>